

CONDIÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE MENTAL DO TRABALHADOR DA SEGURANÇA PÚBLICA.

GERALDA ELOISA GONÇALVES NOGUEIRA

Major Psicóloga da PMMG, Mestre em Psicologia pela UFMG

INTRODUÇÃO

O aumento da violência tem sido tema recorrente na mídia e fonte de preocupação de governantes, legisladores, pesquisadores e das pessoas de modo geral, especialmente daquelas que a ela estão mais expostas nos grandes centros urbanos. Homicídios, suicídios e acidentes de trânsito são alguns dos agravos à saúde que incrementam as taxas de violência.

Nesse cenário, as instituições policiais-militares e seus integrantes assumem papel relevante em função de sua atribuição constitucional de preservação da ordem pública. O trabalho do policial militar objetiva, a grosso modo, reduzir os índices de violência, mas também eles – os policiais militares –, como indivíduos, estão expostos às diversas formas de violência.

Este texto pretende apresentar algumas condições relacionadas ao trabalho policial-militar e discutir o seu impacto nas condições de saúde mental desses profissionais de segurança pública.

ESPECIFICIDADES DO TRABALHO POLICIAL-MILITAR

Para se entender a atividade policial-militar, é necessário considerar que as instituições policiais-militares integram uma subcultura específica e se organizam a partir de dois princípios próprios às forças armadas, vistos como pilares fundamentais dessas instituições: a hierarquia e a disciplina militar¹.

Apesar de se organizar e adotar preceitos militares, as atribuições diárias dos integrantes dessas instituições são eminentemente civis, tais como: a realização do policiamento ostensivo de prevenção criminal, de segurança de trânsito urbano, além das atividades relacionadas com a preservação e restauração da ordem pública e a defesa civil.

Não só suas atividades são eminentemente civis como também envolvem o contato freqüente com a sociedade civil, em condições e situações muitas vezes complexas. Estudiosos do tema como Goldstein (2003, v. 9, p. 325) que escreveu, em 1930, acerca da relação polícia e sociedade, indicam o alto percentual de tempo gasto pelos policiais tratando, não de questões relativas à criminalidade, mas de questões pessoais ou interpessoais. Essa característica da atividade, segundo esse autor, exige que o policial seja capaz de fazer “uso apropriado de autoridade e de agir sob estresse.” (Goldstein, 2003, v. 9, 41, p. 336).

Essas organizações se caracterizam “por uma ambivalência entre o exercício da coerção física legítima e o desempenho de funções de bem-estar social e de relacionamento com as comunidades” (Tavares dos Santos apud Amador, 2002, p. 55), o que dá a essa profissão um perfil peculiar.

¹ A hierarquia definida como a ordenação da autoridade, em diferentes níveis, dentro da estrutura da instituição policial-militar. A disciplina militar entendida como a exteriorização da ética profissional e manifesta pelo exato cumprimento de deveres, em todos os escalões e em todos os graus da hierarquia, quanto aos seguintes aspectos: pronta obediência, correção de atitudes, observância das prescrições regulamentares, emprego de toda capacidade em benefício do serviço, colaboração espontânea com a disciplina coletiva e com a efetividade dos resultados pretendidos pela instituição.

As dificuldades impostas ao policial militar no exercício de suas atribuições incluem ter que lidar com a violência urbana em suas diversas formas de expressão, mas também com situações diametralmente opostas e ter que responder adequadamente a todas elas. Isso implica que o policial deve ter capacidade de se adaptar facilmente às situações, inclusive do ponto de vista emocional. Não podemos desconsiderar que situações de conflito mobilizam sentimentos e emoções nas pessoas envolvidas.

As ocorrências policiais-militares caracterizam-se por serem imprevisíveis e variáveis. Com isso queremos dizer que é impossível citar todas as situações que podem interferir na ordem pública e que, por conseguinte, necessitam da intervenção da polícia. (Muniz, 1999, p. 82). Ou seja, é alto o grau de variabilidade envolvido no trabalho operacional e significativa a carga psíquica envolvida. Mas são também essas condições do trabalho policial que fazem com que ele seja visto pelos policiais militares como uma atividade de natureza rica.

Essas características das situações com as quais tem que lidar tornam necessário que o policial militar esteja preparado para atender a todas elas, discernindo o grau de periculosidade e a forma de abordagem adequada em cada situação. Deve também solucionar o problema, no sentido de dirimir a situação conflituosa, promovendo o retorno à ordem. E deve fazer tudo isso obedecendo aos princípios da legalidade e da legitimidade. (Muniz, 1999, p. 10, 12, 82).

De forma rotineira, o policial militar convive com situações que o expõem a risco de morte, acidentes e a outras condições que o deixam vulnerável e suscetível a sentimentos de ansiedade e angústia. A vulnerabilidade de cada policial em ser afetado por essas condições e situações dependerá de inúmeras variáveis, inclusive as relativas à sua história pessoal e às circunstâncias atuais profissionais, sociais, financeiras, entre outras.

Mas, independente disso, o trabalho policial deve ser realizado aonde e quando for necessário, o que significa que o policial se expõe a condições as mais variáveis, as quais podem ser fonte de desgaste físico. São exemplo disso sua jornada de trabalho que comporta trocas de turnos, exposição ao frio, ao calor, a agentes poluentes, a ruídos excessivos.

Finalmente, no âmbito institucional, esses profissionais estão submetidos a regulamentos específicos e a uma justiça específica, a justiça militar. Os relacionamentos interpessoais são regulados pelos preceitos da hierarquia e da disciplina. Os códigos disciplinares dessas instituições em muitos estados brasileiros entraram em vigor no período compreendido pelas décadas de 1940-60 e só recentemente estão sendo substituídos por legislações mais atuais. O rigor na definição das transgressões e nas formas de tratamento delas teve reflexos nas relações entre os diversos níveis hierárquicos nessas instituições, que podem ser sentidas até hoje. Como exemplo disso, pode-se citar o fato de que a falta de humanização dentro dos quartéis foi um dos estopins da “revolta das praças”, movimento que teve início em 1997 entre policiais militares mineiros, segundo declarações dadas pelo deputado federal Cabo Júlio, à época.

AS CONDIÇÕES DE SAÚDE MENTAL DE POLICIAIS MILITARES

Estudos recentes têm indicado a vivência por policiais militares de sofrimento psíquico relacionado ao trabalho. Concomitantemente, a saúde mental dos policiais militares brasileiros tem sido, na atualidade, tema presente no noticiário nacional.

No caso da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), vê-se que nos anos de 1994 a 1996 os transtornos mentais foram a primeira causa de reforma, enquanto foram a terceira causa de aposentadoria no INSS, no mesmo período. (Pereira e Brasil, 1999, p. 21-26) Segundo estudos realizados nas unidades da PMMG localizadas na Região Metropolitana de Belo Horizonte, compreendendo o primeiro semestre de 2003, as doenças mentais estão entre as cinco primeiras causas de afastamento temporário do serviço

(licenças saúde e dispensas saúde). As doenças mentais ocupam essa posição em razão do número de dias que o militar deixa de trabalhar em decorrência da patologia. Os problemas ósteo-musculares foram a maior causa de afastamento do trabalho em todas as unidades pesquisadas.²

O número de suicídios entre os integrantes das instituições policiais-militares, tanto no Brasil quanto em outros países do mundo, tem sido considerado preocupante por essas instituições, que, em função disso, tomam medidas diversas para lidar com esses problemas.

Pesquisa recentemente realizada entre policiais militares mineiros internados em hospital psiquiátrico da Região Metropolitana de Belo Horizonte³, conveniado da PMMG, durante o último trimestre de 2003, indica que os diagnósticos mais frequentes foram os de transtornos mentais e de comportamento decorrentes do uso abusivo de bebida alcoólica e os de transtornos de humor, mais especificamente, depressão.

Essa pesquisa também constatou que a PMMG foi responsável por 26% de todas as internações ocorridas nos últimos cinco anos (1999 a 2003) naquele hospital. O percentual de internações da PMMG no período equiparou-se aos apresentados por um plano de saúde privada que reúne pessoas de várias categorias profissionais. Além da PMMG, o hospital mantinha, à época da pesquisa, convênio com 51 instituições. Oferecia também atendimento gratuito e semi-gratuito para pacientes carentes. Esses dados por si só não explicam nada. Entretanto, indicam que o número de internações pelo convênio da PMMG no nosocômio pesquisado é significativo. Indicam também que transtornos mentais e comportamentais levaram à internação psiquiátrica um número importante de policiais militares. Esses números tornam-se significativos quando comparados a outras categorias profissionais internadas no período. (Nogueira, 2005 e Gischewski, 2004). Investigações futuras podem esclarecer os fatores aí envolvidos.

Tais constatações sugerem que o exercício dessa atividade profissional impõe uma sobrecarga específica a esses policiais-militares. Tal condição pode contribuir para o adoecimento psíquico.

O IMPACTO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO NA SAÚDE MENTAL DO POLICIAL MILITAR

Em 1994, foi realizada uma pesquisa com policiais militares do radiopatrulhamento da PMMG, lotados em Batalhão de Belo Horizonte. Ela visava identificar o impacto das condições relativas à organização do trabalho na saúde mental desses profissionais. Os resultados colocaram em evidência que, entre os pesquisados, certas condições geravam sobrecarga psíquica, levando ao aparecimento de sintomas como fadiga, nervosismo e insatisfação, podendo ainda relacionar-se com aparecimento de distúrbios psicossomáticos futuros e interferir nas relações afetivas familiares. (Mosci, et. al., 1994).

Dentre as condições capazes de gerar o que os autores denominaram sobrecarga psíquica, são citadas: a capacitação inadequada, o relacionamento hierárquico insatisfatório, oportunidades de promoção pouco justas e os riscos identificados como inerentes à atividade, como risco de morte e de contágio por doenças infecto-contagiosas.

Em 2000, pesquisadores da UFMG realizaram estudo empírico envolvendo 1152 policiais militares mineiros, entre oficiais e graduados, com o intuito de realizar um diagnóstico da qualidade de vida e estresse no trabalho da PMMG. O ambiente, o clima organizacional e os inter-relacionamentos foram percebidos

² Trata-se do programa de acompanhamento das causas de afastamento por motivos de saúde realizado pelos profissionais de saúde ocupacional da PMMG.

³ Pesquisa realizada, após prévia autorização das instituições envolvidas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia da autora e para a monografia do Curso de Especialização em Psicologia do Trabalho de GISCHEWSKI, 2004.

pelos policiais como as maiores fontes de pressão de seu trabalho. A carga horária também foi considerada como uma fonte significativa de pressão. (Moraes, Marques, Pereira, 2000).

Segundo o estudo em questão, a rigidez disciplinar e a questão salarial foram identificadas como condições que contribuem para a insatisfação dos policiais, podendo levar à prática de comportamentos violentos, ao aumento da pressão, do estresse ocupacional, e à deterioração do nível de qualidade de vida no trabalho. O estudo indica que os policiais gostam de seu trabalho, visto por eles como um trabalho de natureza rica, mas apresentam baixos níveis de satisfação com a instituição militar. O inter-relacionamento vertical e horizontal entre graduados e oficiais foi tido como fonte de alta pressão.

Nos estudos acadêmicos, é possível identificar alguns pontos em comum quanto às condições presentes no trabalho policial-militar relacionadas ao aparecimento de sofrimento. Dentre essas condições, podem-se citar:

1. a possível relação entre a prática de comportamentos violentos e características da organização;
2. a insatisfação com a rigidez da disciplina;
3. as dificuldades existentes no âmbito das relações interpessoais;
4. os riscos inerentes ao trabalho policial; e
5. seu papel de mantenedor da ordem num contexto de injustiça social.

Esse papel essencial do policial-militar de manter a ordem num contexto de injustiça social não pode ser desconsiderado. Isto o expõe necessariamente a práticas de violência, tanto aquelas decorrentes de sua atividade quanto as que são dadas em resposta à sua atuação. Ou seja, a atividade do policial militar o expõe necessariamente a situações nas quais a violência está envolvida, ela está no cerne dessa atividade. A questão aqui envolvida é que, no tocante às suas condições de saúde mental, parece que os próprios policiais são vítimas dessa violência, em função do fato de terem que conviver diariamente com ela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da significativa presença de distúrbios emocionais entre esses profissionais, também é possível encontrar policiais militares que trabalham e/ou trabalharam nessas instituições sem apresentar distúrbios dessa natureza. Isso nos adverte de que a relação saúde-doença depende “do espaço de possibilidades objetivas encontradas pelos trabalhadores e também de estratégias individuais desenvolvidas dentro dessas limitações.” (Batista, 2002). Ou seja, embora os determinantes do adoecimento do trabalhador sejam sociais, a expressão desse sofrimento é singular. (Assunção, Lima, 2002)

Algumas medidas podem contribuir para minimizar os impactos desse tipo de atividade profissional na saúde do trabalhador. A descrição e explicação das atividades cotidianas dos trabalhadores, das exigências que a tarefa lhes impõem e, do que eles fazem para lidar com essas exigências e dar conta de suas atribuições são abordagens importantes no campo da ergonomia para identificar as condições reais do trabalho policial-militar. A baixa visibilidade, entendida com a dificuldade de se conhecer o que de fato esses profissionais fazem em seu trabalho, tem sido uma característica que tem propiciado a manutenção de práticas inadequadas e dificultado o direcionamento da supervisão e fiscalização para o trabalho efetivamente realizado. (Muniz, 1999, p. 14-39). Nessa direção, o emprego de ergonomistas e da análise do trabalho é um caminho.

A implementação, pela PMMG, de medidas relativas ao trabalho operacional⁴, como a modificação da atribuição do oficial de supervisão das companhias operacionais e a introdução do treinamento policial básico (TPB), podem ter efeitos positivos no campo do trabalho. A primeira, por significar que o oficial de supervisão do trabalho operacional passa a circular em viatura, durante todo o turno, pela área sob sua responsabilidade e a acompanhar, por rádio, todas as ocorrências. Os militares lançados podem acionar esse oficial quando necessitarem e, se a ocorrência for descrita como de risco ou o risco é suposto, o oficial comparece com sua viatura para dar apoio. Essas mudanças foram vistas de forma positiva por oficiais e pelas praças, pois pressupõem um apoio maior do oficial durante o turno de trabalho. Essa medida tem dois aspectos positivos: primeiro, o maior apoio e acompanhamento ao policial, em segundo, e em decorrência do anterior, pressupõe-se maior cooperação entre oficiais e praças. O TPB, de realização periódica e obrigatória para todos os quadros, objetiva reciclar e atualizar o policial militar em noções de Direitos Humanos e ações táticas e estratégicas de defesa, como abordagem de veículos, adentramento e outras. Essas são algumas medidas que, além de auxiliarem no desempenho do trabalho, produzem um efeito subjetivo importante que é o de aumentar a segurança do profissional na realização de suas tarefas, seja por se sentir apoiado, seja por estar atualizado em técnicas que privilegiam sua segurança, de colegas e de terceiros, quando no confronto com cidadãos infratores.

No campo da saúde, o caminho tomado pela PMMG foi a inclusão de profissionais de saúde mental em seu quadro de oficiais-de-saúde. Tal medida facilita o acesso a essa atenção em saúde para os integrantes da instituição e seus familiares e tem possibilitado o desencadeamento de ações sistematizadas de promoção, prevenção e atenção à saúde mental. Abriu também espaço para se pensar a instituição enquanto constituída não apenas como um grupo fortemente integrado, uma tropa, mas como um conjunto de homens, cuja singularidade mantém viva a instituição.

Entretanto, os resultados das pesquisas citadas indicam que ainda há muito a ser feito. E é especialmente no campo das relações de trabalho que mudanças devem ser realizadas, pois o sofrimento mental no trabalho resulta da organização do trabalho (Dejours, 1988, p. 25), ou seja, de dificuldades relativas ao conteúdo das tarefas, às relações de trabalho entre colegas e chefias, ao sistema hierárquico, as modalidades de comando, as relações de poder e as questões de responsabilidade.

⁴ Identificadas durante observações de campo, de cunho ergonômico, do trabalho policial-militar, realizadas em dezembro de 2002.

REFERÊNCIAS

- AMADOR, F. S. **Violência policial: verso e reverso do sofrimento**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. 174p.
- ASSUNÇÃO, A. A., LIMA, F. P. A. A contribuição da ergonomia para a identificação, redução e eliminação da nocividade no trabalho. In: MENDES, R. **Patologia do trabalho**. Rio de Janeiro: Ed. Atheneu, 2002.
- BATISTA, M. A. Trabalho de saúde mental: as defesas contra a doença mental frente às organizações patogênicas de trabalho. Plano de trabalho. UFMG. FAFICH. Mestrado em Psicologia. Área de concentração: Psicologia Social. Belo Horizonte: abril de 2002.
- DEJOURS, C. **A loucura do trabalho: estudos de psicopatologia do trabalho**. São Paulo: Cortez – Oboré, 1988.
- ESPÍRITO SANTO, L. E. do; MEIRELES, A. **Entendendo a nossa insegurança**. Belo Horizonte: Instituto Brasileiro de Policiologia, 2003. 424 p.
- FILOCRE, L. de A. A Justiça Militar e a PMMG. In SILVA, D. P. de. **Velha guarda - novos tempos**. Belo Horizonte: 1998, p. 75.
- GISCHEWSKI, V. R. **O abuso do álcool entre policiais-militares: um estudo de caso**. Monografia (Especialização em Psicologia do Trabalho). 2004. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. 2004. 143 f.
- GOLDSTEIN, Herman. **Policiando uma Sociedade Livre**. Tradução de Marcello Rollemberg. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003 (Série Polícia e Sociedade; n. 9), 464 p.
- MINAS GERAIS. Polícia Militar. Programa de acompanhamento das causas de afastamento por motivos de saúde. Gerência Regional de Saúde em Belo Horizonte. Diretoria de Saúde. 2003.
- MORAES, L. F. R. DE. MARQUES, A. L., PEREIRA, L., Z. **Relatório de pesquisa: diagnóstico de qualidade de vida e estresse no trabalho da Polícia Militar de Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG. Departamento de Ciências Administrativas, CEPED, NEACO. 2000.
- MOSCI, A. S. et. al. **Estudo exploratório do sofrimento mental de policiais militares do radiopatrulhamento**. 1994. 33 f. Monografia (Especialização em Medicina do Trabalho) - Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1994.
- MUNIZ, J. **Ser policial é sobretudo uma razão de ser**. Cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Ciência Política) - IUPERJ: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1999.
- NOGUEIRA, G. E. G. **Análise de tentativas de auto-extermínio entre policiais militares: um estudo em Saúde Mental e Trabalho**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. Minas Gerais. 2005.
- PEREIRA, C. M. M. BRASIL, M. F. A. T. Transtornos explosivos da personalidade. **Revista de Psicologia - Saúde Mental e Segurança Pública**. Belo Horizonte, vol. 01, p. 21-26, n. 1, Jan./Dez. de 1999.